

**Editorial DS São Paulo**

## **Agora a luta é no Congresso Nacional**

**Unafisco DS/SP - 4/9/2008**

Que as negociações não seriam fáceis, já sabíamos. Mas não acreditávamos que o governo publicaria a medida provisória do reajuste (a MP 440) sem cumprir na totalidade aquilo que tinha sido acordado com as entidades representativas do Fisco, no dia 30 de junho de 2008. Bem verdade que a MP 440 trouxe avanços, afinal foram dez meses de negociação com o governo. Conseguimos a remuneração por subsídio, que desvincula o nosso salário das metas de arrecadação; houve o resgate da paridade entre ativos e aposentados; conseguimos a retroatividade do reajuste a julho de 2008; e houve uma amenização do fosso salarial.

No entanto, lamentavelmente, encontramos no texto da MP o Sistema de Desenvolvimento na Carreira (Sidec), que deveria ser discutido em um momento posterior, conforme negociado. Também entrou na MP a imposição do regime de dedicação exclusiva, que, no rigor da lei, impede que um colega publique um livro, por exemplo. E, para a nossa total indignação, da forma como a MP 440 se apresenta, muitos AFRFBs que estão no fosso salarial terão somente duas transposições, em vez de três, como foi acordado.

As emendas às MPs, elaboradas pela Diretoria Executiva Nacional do Unafisco (DEN), já foram apresentadas por parlamentares da frente de apoio, que é composta por 74 deputados e senadores que estiveram do nosso lado durante a Campanha Salarial. Também foi apresentada uma emenda que versa a respeito do artigo 322 da MP 441, que condiciona (veja só que absurdo) os reajustes parcelados à disponibilidade orçamentária e financeira...

**Trabalho parlamentar** - É por isso que a DS São Paulo está formando um forte grupo de trabalho parlamentar. O objetivo é demonstrar aos parlamentares, com todas as letras, que o governo, ao descumprir o acordo firmado na mesa de negociação, cometeu uma grave transgressão. Queremos que, após esse intenso trabalho parlamentar, os políticos voltem do "recesso branco" do Congresso sabendo que o governo quebrou o acordo realizado com os AFRFBs e com outras carreiras típicas de Estado. Num certo sentido, podemos dizer que está em jogo a moralidade nos poderes da República. O Executivo deixou a desejar no que diz respeito à ética. O Legislativo, por sua vez, tem o dever moral de evitar que o desrespeito (para falar o mínimo) prevaleça.

Colega, você está convidado a participar desse trabalho parlamentar, especialmente se faz parte do fosso salarial. Se você é nosso filiado, ligue para a DS São Paulo (11 3299-5350) e venha fazer diferença nessa articulação política, que passará por diversos gabinetes em Brasília e aqui mesmo em SP.

*Luiz Fuchs*

*Presidente da Delegacia Sindical de São Paulo do Unafisco.*

